

18-12-2002

**JULGADOS DE PAZ VERSOS CENTROS DE ARBITRAGEM
E
ESTRUTURAS DE MEDIAÇÃO DE CONSUMO:
CONFLITO OU CONVERGÊNCIA?**

Maria Judite Matias

Juíza de Paz Coordenadora do Julgado de Paz de Oliveira do Bairro

**I
NOTA PRÉVIA**

Desde os primórdios da civilização que as sociedades organizadas estabelecem normas disciplinadoras para alcançar a convivência pacífica e procuram os instrumentos mais adequados para solucionar os seus conflitos.

Não é de hoje que o acesso à Justiça constitui um direito fundamental, previsto em tratados internacionais e constitucionalmente consagrado.

São inúmeras as vozes autorizadas que ao longo dos tempos se têm esforçado, no sentido de alertar para a dimensão social e económica da efectividade da tutela jurisdicional. Se pensarmos na base originária do Direito, recordamos que as normas são elaboradas para disciplinar a boa convivência social, da forma mais justa possível para todos os elementos da comunidade, embora saibamos que nem todo o Direito posto é justo. Mas se o Direito é necessário para regulamentar a vida em sociedade e se é certo que a sociedade está em permanente evolução, a Ciência Jurídica não tem outro remédio que não seja acompanhá-la, criando soluções adequadas e necessárias à manutenção da ordem do Estado de Direito.

As sociedades contemporâneas geram tensões na comunidade que provocam mal-estar social, intolerância e violência. A evidência da globalização, com reflexos em todas as áreas do consumo, sendo uma delas a informação, permite que o cidadão se consciencialize dos seus direitos e seja mais exigente, revelando a falta de capacidade dos Tribunais Judiciais para dirimir a avalanche de processos que lhe são submetidos, originando cada vez maior morosidade na resolução dos conflitos, ocasionando, necessariamente, descrédito na justiça tradicional, com todas as consequências sociais, negativas, daí resultantes, a pior delas a renúncia tácita ao direito de acção. A certeza de que a Justiça não age com presteza, leva todos aqueles que se viciaram no incumprimento das suas obrigações, a desejar que o lesado recorra à via judicial, garantia de impunidade durante alguns anos, tantos quantos os despendidos nas fases declarativa e executiva. Que diferença existe entre esta litigiosidade contida, generalizada, não solucionada ou apaziguada e a ausência pura e simples de Justiça?

Mas é necessário dizer que a morosidade e a acumulação de processos, o mau funcionamento e a quase paralisação da justiça, não são obra do acaso, nem dos Magistrados Judiciais, nem dos funcionários.

A crise da justiça, de que tanto se fala, é uma crise geral das sociedades industriais pós-modernas, que não conseguiram gerar os consensos necessários para operar as devidas reformas institucionais, em tempo útil, para acompanhar o passo das novas realidades das sociedades de consumo e informação globalizadas, onde a circulação de ideias, pessoas e mensagens se processou, e continua a processar, a uma velocidade tal que exige a criação de órgãos com estruturas flexíveis e permissivos à sua renovação e adaptação expontâneas.

O excessivo tecnicismo processual e, principalmente, a intrincada selva de leis que proliferam abundantemente, determinadas por razões conjunturais, contribuem para a inoperacionalidade do sistema tradicional. Acresce que, para dirimir os litígios nas sociedades contemporâneas, não basta concluir processos em tempo útil.

É necessário algo mais; é necessário desenvolver novas técnicas, criar mecanismos que preencham três requisitos tidos hoje como essenciais: acesso fácil, celeridade e eficácia.

Ao longo das últimas três décadas têm-se multiplicado fóruns de discussão sobre gestão dos conflitos, tendo como resultado a institucionalização de meios alternativos aos Tribunais Judiciais;

Em países onde a sociedade civil é mais actuante e interventora, com larga tradição associativa, a criação de organismos vocacionados para a resolução de conflitos através de meios alternativos, quer sejam órgãos judiciais *lacto sensu*, quer sejam organismos extra-judiciais, ou ambos, com procedimentos adaptados às exigências das sociedades actuais, inspirando-se uns em modelos judiciais antigos, apresentam-se outros como meios alternativos extra-judiciais sendo certo que uns e outros têm objectivos comuns: dirimir conflitos de forma rápida, eficaz e acessível, podendo muito bem ser complementares.

**II
JULGADOS DE PAZ A ACTUALIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO MEDIEVAL**

Os Julgados de Paz constituem uma Instituição Judicial de origem inglesa instituída no séc. XIV e enraizada na cultura europeia, desde o século XIX.

Com alguns incidentes pelo meio, constituem hoje, nos países da União Europeia, o mais ágil, expedito e eficaz modelo de Tribunal de pequena instância, servido por uma magistratura honorária, à qual se exige, além de formação jurídica, o adequado perfil em termos de inter-relacionamento pessoal.

O Juiz de Paz do Século XXI não é o mesmo da Idade Média e nem é a mesma a estrutura que o apoia.

Há dois ou três séculos atrás, a criação do Juiz de Paz impôs-se por dificuldades de comunicação. O acesso das pessoas aos centros administrativos era difícil em termos de transportes; daí que o conceito tenha uma conotação rural muito forte. Mas o Juiz de Paz contemporâneo está fortemente sensibilizado para os conflitos suscitados pela vivência urbana, não só no plano das relações de

vizinhança e responsabilidade civil extra-contratual, mas também contratual, área de eleição dos direitos dos consumidores. Para que lhes serve o Julgado de Paz?

Em primeiro lugar o Julgado de Paz assegura-lhe a obtenção de uma sentença declarativa no prazo máximo de dois meses e meio (até ao momento o curso dos processos foi três dias mínimo e setenta dias máximo); em segundo lugar, o custo nunca ultrapassa 70€ (no caso de não ter ganho de causa); em terceiro lugar, o empenhamento do Julgado no restabelecimento da relação social, que pode ir até ao acompanhamento do cumprimento do decidido, quer por acordo obtido na fase de mediação quer por sentença proferida na sequência do julgamento restrito (pena é não termos ainda, competência executiva).

Desta forma simples e despretensiosa, ficam enunciadas as três características fundamentais dos Julgados de Paz.

1 – Celeridade

Os procedimentos processuais são aliviados do tecnicismo do Código de Processo Civil, o que permite agilizar os processos de acordo com a situação concreta (notificações pessoais, idas ao local, etc). A experiência mostra que é possível ser célere sem descuidar os direitos de defesa. O que não se admite são expedientes dilatatórios.

2 – Custo acessível

O custo máximo do processo são 70€. Apesar de ser acessível, admite-se que muitos cidadãos não possam pagar, vigorando nos Julgados de Paz o regime geral do Apoio Judiciário. Se as partes se concertarem e puserem fim ao litígio através de acordo, na fase da mediação, dispenderão apenas 25€ cada uma.

3 – Função pedagógica e Apaziguadora dos Julgados de Paz (?)

O inter-relacionamento das estruturas dos Julgados de Paz (atendimento, mediação e juizes) com os cidadãos, é orientado no sentido da pacificação e do restabelecimento da relação social, quer se trate de um litígio que envolva as relações de vizinhança, quer se trate de um conflito entre o cidadão consumidor e uma empresa (em sentido lato) fornecedora de bens ou serviços. Desde logo o atendimento motiva o demandante a aceitar a fase da mediação. Por regra, o requerente chega ao Julgado de Paz expondo uma relação conflituosa muito " deteriorada ", que já passou algumas vicissitudes desmotivadoras de qualquer acordo. Porém, devido ao esforço de motivação, os resultados são os seguintes:

67% - Houve adesão de ambas as partes, à mediação, com sucesso em 55%.

22% - Não houve mediação por falta de adesão do demandado.

15,55% - Acordos obtidos em Audiência de Julgamento

11% - O requerente afastou liminarmente a mediação, sendo que em alguns casos a mediação não realizaria o interesse em causa por não ser matéria do âmbito da disponibilidade das partes (casos de usucapião).

Nos casos em que há acordo na fase de mediação, o Juiz de Paz não se limita a homologá-lo no seu gabinete. A homologação é realizada na sala de audiências (que se assemelha a uma sala de reuniões, facto que contribui para a desmistificação. Já afirmei diversas vezes, que o Juiz de Paz não deve ser temido pela sua função, mas sim procurar ser respeitado pela sua acção), permitindo às partes conhecer o juiz do processo, ficar ciente que este o analisou e se interessa pelo restabelecimento da relação social. Este procedimento tem-se revelado muito útil no plano da eficácia. Isto é, quando algo não corre de acordo com o estipulado, a parte lesada tem à-vontade suficiente para se dirigir pessoalmente ao juiz, dando-lhe conta do sucedido, permitindo-lhe chamar as partes à razão.

III

CONTRIBUTO DOS JULGADOS DE PAZ PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA CULTURA DE MEDIAÇÃO.

O estímulo para os consensos não faz parte da nossa cultura. Um dos fenómenos mais interessantes é constatar que, não tendo os cidadãos conhecido a antiga instituição do Julgado de Paz, quase instintivamente percebem o sentido e alcance do conceito de "*Bonus pater familias*", que se interessa pelos seus problemas, mesmo quando lhe diz que não tem razão.

A convivência social sempre gerou, e continuará a gerar, conflitos, e imaginar a sociedade sem conflitos é uma utopia.

Por isso, os instrumentos de resolução dos conflitos devem ser encarados na óptica da convivência, geradores de sociabilidade, transformando as controvérsias num pretexto para o exercício da cidadania.

A introdução da mediação como fase voluntária no âmbito do procedimento nos Julgados de Paz, permite aos indivíduos experimentar a gestão do conflito na primeira pessoa, numa perspectiva de diálogo, expressando a forma mais elevada do exercício dos direitos de cidadania, participando activamente na construção de uma solução possível, equilibrada e justa.

A acção pedagógica exercida pelo Juiz de Paz no momento da homologação, e no esforço desenvolvido para acompanhar futuro da relação social, produz na sociedade uma ocasião de reescrever novos pactos de cidadania e familiarizar os cidadãos com uma nova geração de instituições, introduzindo a mediação, como opção futura, a um momento alto na vida da comunidade. Estes procedimentos estão alinhados com os objectivos cívicos recomendados para Meios Alternativos de resolução de conflitos.

Perfilhamos da doutrina desenvolvida pelo Sr. Conselheiro Cardona Ferreira e ousamos fazer nossas as suas palavras:

"Os Julgados de Paz têm as características de funcionamento e de objectivos cívicos recomendados para Meios Alternativos, acrescentando que são, formalmente, um certo tipo de Tribunais "*lato sensu*", daí que a sua competência não seja optativa mas tal, não impede, que os interessados se decidam por outros Meios Alternativos. Os Julgados de Paz fazem a síntese, quase óptima, entre Meios Alternativos e instituições de que são, essencialmente, diferentes" .

De acordo com o nosso tema permito-me acrescentar que os Julgados de Paz podem desempenhar, de "jure constituendo", uma função complementar, homologando os acordos obtidos nos centros de mediação e, se evoluir-mos no sentido da atribuição de competência executiva, alcançar também estes acordos. Mesmo com os solicitadores de execução, entendemos que a filosofia dos Julgados de Paz e dos Centros de Arbitragem exigem, ao nível da execução, um tratamento diverso das execuções das decisões dos Tribunais Judiciais. Só tratando de modo diferente o que é diferente se obtém Justiça substantiva.

IV

NOTA CONCLUSIVA

Para terminar regresso às palavras do Sr. Conselheiro Cardona Ferreira: "São os pequenos litígios que estragam a qualidade de vida das pessoas, mesmo enquanto consumidores, que todos somos. O que está em causa é, assim, o direito à vida de que é indissociável a qualidade. O direito ao bem estar e à tranquilidade, passa pela solução oportuna dos diferendo ".

"Os Julgados de Paz são verdadeiras casas de cidadania".